

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CBIA1

A governabilidade refere-se à capacidade política de governar, que deriva da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade. Está presente quando a população legítima o exercício do poder pelo Estado. A legitimidade, nesse contexto, deve ser entendida como a aceitação do poder do governo ou do Estado pela sociedade.

Nesse sentido, os cidadãos e a cidadania organizada são a fonte ou a origem principal da governabilidade, ou seja, é a partir deles (e de sua capacidade de articulação em partidos, associações e demais instituições representativas) que surgem e se desenvolvem as condições para a governabilidade plena.

Vinculada à dimensão estatal, governabilidade diz respeito às condições sistêmicas e institucionais sob as quais se dá o exercício do poder, tais como as características do sistema político, a forma de governo, as relações entre os poderes, o sistema de intermediação de interesses. Representa, assim, um conjunto de atributos essenciais ao exercício do governo, sem os quais nenhum poder pode ser exercido.

Há três dimensões inerentes ao conceito de governabilidade: capacidade do governo de identificar problemas críticos e de formular políticas adequadas ao enfrentamento desses problemas, capacidade de mobilizar meios e recursos necessários à execução e à implantação das políticas públicas e capacidade de liderança do Estado, sem a qual as decisões se tornam ineficientes. A governabilidade, então, significa que o governo deve tomar decisões amparadas em um processo que inclua a participação dos diversos setores da sociedade, dos poderes constituídos, das instituições públicas e privadas e dos segmentos representativos da sociedade, para garantir que as escolhas atendam aos anseios da sociedade e contem com seu apoio na implementação de programas e projetos e na fiscalização dos serviços públicos.

Sob esse enfoque, significa a participação dos diversos setores da sociedade nos processos decisórios que dizem respeito às ações do poder público, uma vez que incorpora a articulação do aparelho estatal ao sistema político de uma sociedade, ampliando o leque possível e indispensável à legitimidade e ao suporte das ações governamentais em busca de sua eficácia.

Em resumo, governabilidade refere-se às condições do ambiente político em que se efetivam ou se devem efetivar as ações da administração, à base de legitimidade dos governos, à credibilidade e à imagem públicas da burocracia. Desse modo, o desafio da governabilidade consiste em conciliar os muitos interesses desses atores (na maioria, divergentes) e reuni-los em um objetivo comum (ou em vários objetivos comuns) a ser perseguido por todos. Assim, a capacidade de articular-se em alianças políticas e pactos sociais constitui-se em fator crítico para a viabilização dos objetivos do Estado. Essa tentativa de articulação que a governabilidade procura é uma forma de intermediação de interesses.

Acerca das ideias do texto CBIA1, julgue os itens que se seguem.

- 1 O texto é uma descrição dos aspectos relacionados à capacidade política de governar o Estado com mão forte.
- 2 De acordo com o texto, os cidadãos e a cidadania organizada, na forma de partidos políticos, associações e demais agrupamentos representativos da sociedade, são a origem da governabilidade.
- 3 A governabilidade relaciona-se com a legitimidade, ou seja, se os governos não forem legitimados, não haverá condições necessárias para governar.
- 4 A governabilidade pressupõe que o cidadão seja pleno detentor de direitos, sem as obrigações que lhes são inerentes, pois o cidadão se encontra em condições de desigualdade com o Estado.
- 5 Depreende-se do texto que a governabilidade está atrelada à capacidade administrativa e financeira do Estado, na busca por satisfazer os interesses mercadológicos em detrimento dos interesses da coletividade.

Espaço livre

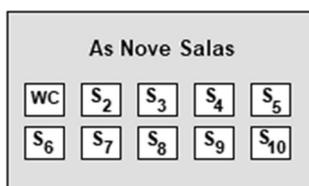
No que concerne aos aspectos linguísticos do texto CBIA1, julgue os próximos itens.

- 6 No primeiro período do primeiro parágrafo, o pronome “que” retoma a expressão “capacidade política de governar”.
- 7 No segundo período do primeiro parágrafo, a forma verbal “Está” apresenta sujeito oculto, cujo referente é “legitimidade”, no período imediatamente anterior.
- 8 A correção gramatical do texto seria preservada caso o termo “públicas” (primeiro período do último parágrafo) estivesse flexionado no singular, da seguinte forma: **pública**.
- 9 É redundante o uso da expressão “a cidadania organizada”, no segundo parágrafo, uma vez que tal termo é abrangido pelo conceito de “cidadãos”.
- 10 As formas verbais “Vinculada” (primeiro período do terceiro parágrafo) e “Representa” (segundo período do terceiro parágrafo) têm como sujeito o mesmo elemento textual: “dimensão” (primeiro período do terceiro parágrafo).
- 11 A correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas caso a expressão “os quais” (último período do terceiro parágrafo) fosse substituída pela forma **o que**, em referência a “conjunto” (último período do terceiro parágrafo).
- 12 No primeiro período do quarto parágrafo, a expressão “a qual” foi empregada para tornar menos ambígua a estrutura do período, haja vista que essa expressão retoma apenas “capacidade de liderança do Estado”, e não as três dimensões apresentadas.
- 13 No quarto parágrafo do texto, o período “A governabilidade, então, significa que o governo deve tomar decisões amparadas em um processo que inclua a participação dos diversos setores da sociedade” poderia ser reescrito da seguinte forma, o que manteria a correção gramatical e os sentidos textuais: **A governabilidade, assim, significa que o governo tomará decisões respaldadas em um processo que prescindia da participação dos diversos setores da sociedade**.
- 14 No primeiro período do último parágrafo, estariam prejudicadas a correção gramatical e a coerência textual caso a expressão “se devem efetivar” fosse reescrita como **deve-se efetivarem**.

Cinco grupos de trabalho, G_1 a G_5 , reúnem-se periodicamente de acordo com o seguinte calendário:

Calendário de reuniões		
3/3	18/3	29/3
4/5	19/5	27/5

Os grupos podem utilizar as salas conforme a figura seguinte:



A distribuição dos cinco grupos em cinco salas obedece à regra a seguir.

“Se o grupo G_i ocupa a sala S_j , então, o grupo G_{i+1} ocupará a sala S_{j+1} ”.

Além disso, há a regra de que, se o dia marcado para a reunião cair em uma segunda-feira, o grupo G_1 ocupará a sala S_2 ; se cair na terça-feira, o grupo G_1 ocupará a sala S_3 ; e assim sucessivamente.

Com base nessa situação hipotética e considerando que o dia 3 de março irá cair em uma quinta-feira e o dia 4 de maio irá cair em uma quarta-feira bem como que as reuniões não acontecem aos fins de semana, julgue os itens subsequentes.

- 15 O Grupo G_2 ocupará a sala S_6 na reunião do dia 18 de março.
- 16 O Grupo G_4 ocupará a sala S_8 na reunião do dia 19 de maio.
- 17 A probabilidade de se escolher, de forma aleatória, um determinado conjunto de cinco salas entre as nove salas possíveis é superior a $1/180$.
- 18 A sala S_{10} não será ocupada nenhuma vez durante as reuniões do mês de maio.

Considerando os conectivos lógicos usuais, que as letras maiúsculas representam proposições lógicas e que o símbolo \sim representa a negação de uma proposição, julgue os itens subsequentes.

- 19 A sentença “O monte Roraima e o monte Caburá são exemplos de formações geológicas decorrentes de movimentações de placas tectônicas ocorridas há centenas de milhões de anos” pode ser representada corretamente pela proposição lógica $R \rightarrow (P \wedge Q)$.
- 20 A expressão $(A \vee B) \rightarrow C$ é equivalente à expressão $(\sim A \wedge \sim B) \vee C$.

No que se refere à exploração, conquista, ocupação e colonização de Roraima, julgue os itens a seguir.

- 21 A ocupação do atual estado de Roraima remonta ao processo de colonização da Amazônia pelos portugueses no século XVIII, os quais dominaram territórios para a Coroa Portuguesa por meio do rio Amazonas e dos seus afluentes, rios Negro e Branco.
- 22 Do período colonial até o início do século XX, ocorreram disputas entre Brasil e Espanha pela definição das fronteiras do território de Roraima nos seus limites com as ex-colônias espanholas da Venezuela, Guiana e Suriname.
- 23 O Forte Príncipe da Beira, localizado na confluência dos rios Negro e Branco, foi a fortaleza militar portuguesa que garantiu a posse do território de Roraima para a Coroa Portuguesa e, posteriormente, para o Brasil Império.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) de Roraima atingiu o valor de R\$ 16 bilhões em 2020 e variação em volume de 0,1% em relação a 2019. Depois de Mato Grosso do Sul — com 0,2% —, o estado teve a segunda maior variação em volume entre as 27 unidades da federação. O PIB caiu em 24 das 27 unidades da federação em 2020, o ano inicial da pandemia de covid-19. Mato Grosso foi o único a mostrar estabilidade 0% no índice.

Internet: <portal.rr.gov.br> (com adaptações).

Considerando as ideias do fragmento de texto precedente, julgue os itens relativos a setores produtivos de Roraima.

- 24 A administração pública é a principal atividade econômica em estados pequenos do Brasil, como Roraima, e, apesar da sua queda no que se refere à participação no PIB do estado em questão, ela continua atuando como expressiva geradora de empregos.
- 25 O agronegócio é um dos setores importantes da atividade produtiva em Roraima, com destaque para a produção de grãos e a pecuária.
- 26 O setor de comércio e de serviços em Roraima seguiu a tendência da maioria dos estados brasileiros, ou seja, o PIB do setor apresentou queda expressiva no período 2010–2020.

Com base nas disposições constitucionais a respeito da responsabilidade do presidente da República, julgue os itens a seguir.

- 27** É crime de responsabilidade ato do presidente da República que atente contra o cumprimento de decisão judicial.
- 28** Nos casos de crimes de responsabilidade, admitida a acusação contra o presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- 29** A Constituição Federal de 1988 estabelece as normas de processo e de julgamento dos crimes de responsabilidade imputáveis ao presidente da República.

Julgue os itens seguintes a respeito da organização político-administrativa do Estado.

- 30** Cabe aos estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
- 31** Compete concorrentemente à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre trânsito e transporte.
- 32** Compete privativamente à União legislar sobre a organização do sistema nacional de emprego e as condições para o exercício de profissões.
- 33** Lei complementar poderá autorizar os estados a legislar sobre questões específicas relacionadas a registros públicos.

Com base nas disposições constitucionais a respeito da administração pública e dos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

- 34** Em qualquer caso que exija o afastamento do servidor público para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para a promoção por merecimento.
- 35** A União, os estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, sendo a participação nesses cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.
- 36** A Constituição Federal de 1988 veda a possibilidade de que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário sejam superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- 37** A proibição de acumular, de forma remunerada, cargos, funções ou empregos públicos abrange empresas públicas e sociedades de economia mista, mas não suas subsidiárias.
- 38** As vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança devem ser incorporadas à remuneração do cargo efetivo.

À luz da jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir.

- 39** A exigência constitucional, quanto à necessidade de prévia licitação para a prestação de serviços públicos, não é regra absoluta e inflexível, pois o legislador ordinário tem ampla liberdade para estabelecer o regramento aplicável ao dever de licitar.
- 40** Configura-se nepotismo a nomeação de parente colateral de terceiro grau da autoridade nomeante para o exercício de cargo de direção.
- 41** A administração pode revogar seus próprios atos quando observar que eles possuem vícios que os tornem ilegais.
- 42** É constitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo.
- 43** A estabilidade excepcional prevista no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) impõe que o servidor admitido sem concurso público antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 esteja em exercício no cargo, ainda que em ente público diverso, há, no mínimo, três anos.
- 44** Admite-se a delegação de poder de polícia administrativa, instituída por lei, a pessoas jurídicas de direito privado que integrem a administração pública indireta, cujo capital social seja majoritariamente público, e prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

Julgue o próximo item de acordo com a Lei n.º 13.019/2014 e suas alterações.

- 45** Todas as reuniões, deliberações e votações que vierem a ocorrer nas organizações da sociedade civil poderão ser virtuais.

Julgue o item seguinte de acordo com a Lei estadual n.º 498/2005.

- 46** Desde que não se trate de competência privativa e que uma lei ou a Constituição Estadual autorizem, os secretários de Estado poderão delegar suas competências a agentes que estejam sob sua jurisdição.

Conforme a Lei estadual n.º 499/2005 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue o item a seguir.

- 47** Compete às assessorias das secretarias de Estado opinar sobre dúvidas que venham a surgir quanto à execução de contratos administrativos.

Acerca da Lei estadual n.º 1.626/2022, julgue o próximo item.

- 48** Apenas será devido adicional de qualificação ao Analista de Planejamento e Orçamento, quanto a curso de graduação que constituir requisito para ingresso no cargo de provimento efetivo, quando se tratar da segunda graduação.

Com relação à Lei Complementar estadual n.º 53/2001, julgue os itens que se seguem.

- 49** A duração máxima da jornada de trabalho do servidor é de quarenta e quatro horas semanais.
- 50** Na hipótese de reversão, o servidor voltará a desempenhar a atividade no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.